



PREFEITURA DE ANÁPOLIS

Processo Legislativo

Ofício nº 086/2019-PL

Anápolis, 12 de agosto de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **Leandro Ribeiro da Silva**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos pares, o incluso Projeto de Lei Ordinária nº 013/2019 que, **“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 2.822, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ANÁPOLIS E ESTABELECE AS NORMAS GERAIS PARA O SEU FUNCIONAMENTO”**, apresentando, para tanto, as seguintes

J U S T I F I C A T I V A S

O Projeto de Lei Complementar ora submetido à apreciação desta Casa de Leis objetiva o tratamento sobre o tema da eleição de gestores das unidades escolares municipais pela comunidade escolar, que é uma das muitas conquistas da Educação Anapolina, e uma vez que o processo aproxima a população do ambiente escolar e ao mesmo tempo permite que a escola seja gerida por uma direção que tenha sobre o seu trabalho a confiança de pais, alunos e servidores.

Partindo do princípio que a Educação é compromisso de todos e responsabilidade de cada um, e tendo por meta a necessidade de consolidação do processo de democratização da Unidade Escolar, promovendo a integração constante desta com a família e a comunidade, urge a imperiosa necessidade constante de acompanhamento, evolução e modernização das normas correspondentes a essa aludida forma democrática de participação popular e participativa.

Dito isto, venho propor a alteração no limite do de reeleição dos Diretores das Unidades Escolares, passando de 01 (uma) para 03 (três) reeleições, concedendo-se a possibilidade de uma avaliação periódica de cada gestão, no interregno bienal, ou seja, a cada 02 (dois) anos, e a possibilidade de continuidade limitada, não afetando em nada o processo democrático e primando-se inclusive pelo cumprimento do princípio da continuidade, também conhecido como princípio da permanência, que consiste na proibição da interrupção do desempenho de atividades do serviço público, que busca contribuir com a eficiência, a celeridade, a razoabilidade, a proporcionalidade e a primazia do interesse público em ambiente administrativo.



PREFEITURA DE ANÁPOLIS

Processo Legislativo

Assim, ante aos argumentos tecidos, resta indubitável a importância da aprovação do presente projeto de lei ordinária, pelo que encaminho a Vossa Excelência para aprovação e dignos pares, **em caráter de urgência.**

Atenciosamente,

Roberto Naves e Siqueira
Prefeito de Anápolis



PREFEITURA DE ANÁPOLIS
Processo Legislativo

PROJETO DE LEI Nº 013, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 2.822, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ANÁPOLIS E ESTABELECE AS NORMAS GERAIS PARA O SEU FUNCIONAMENTO.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso III, do artigo 20, da Lei n.º 2.822, de 28 de Dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. [...]

III – o diretor terá o mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por igual período, e pelo máximo de 03 (três) vezes.

[...]

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 12 de agosto de 2019.

Roberto Naves e Siqueira
PREFEITO MUNICIPAL